

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

ATA DE SESSÃO DE APRECIAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2021

Processo n.º SEI-26/009/002055/2020

Objeto: Execução de Obras de **REFORMA DAS COBERTURAS dos prédios principais do Campus da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**, localizado no Município de Campos dos Goytacazes/RJ.

Ementa: Apreciação da impugnação ao Edital interposta pela empresa **AVAL EMPREENDIMENTOS ENGENHARIA EIRELI, CNPJ 17.361.345/0001-73**.

Trata-se de Impugnação, tempestivamente apresentada pela empresa em epígrafe, juntada ao presente processo licitatório na modalidade **Concorrência nº 001/2021**, que será analisada nos termos da legislação pertinente e conforme disposto no Instrumento Convocatório.

I – DO HISTÓRICO

Por meio de despacho foi autorizada a abertura de procedimento licitatório que tem por objeto a execução de Obras de **REFORMA DAS COBERTURAS dos prédios principais do Campus da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**, localizado no Município de Campos dos Goytacazes/RJ, conforme disposto neste Edital e Anexos.

Após a definição da modalidade Concorrência, o certame foi divulgado em 07/04/2021 por meio de publicação em Diário Oficial (Parte I, página 22), Jornal “O Dia” (página 9) bem como no sítio da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, com data de abertura da Sessão Pública prevista para o dia 11/05/2021, às 10h, na sala de Reunião da Reitoria (1º andar do prédio da Reitoria (E1) do Campus da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro).

Em 29/04/2021, a empresa **AVAL EMPREENDIMENTOS ENGENHARIA EIRELI, CNPJ 17.361.345/0001-73** encaminhou por correio eletrônico, o pedido de impugnação de Edital que foi recebida pela comissão, na forma do item 1.5 do Instrumento Convocatório.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

II – DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Conforme disposto no item 1.5 do item convocatório, na forma da legislação pertinente, assim facultou, *in verbis*:

“1.5 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Av. Alberto Lamego, 2000, sala 115, prédio E1 (Reitoria), Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, de 09 horas até 16 horas ou pelo e-mail: licitacao@uenf.br.”

Logo, diante da expressa previsão legal do cabimento de Impugnação ao Edital no prazo de até dois dias úteis da data de abertura da sessão pública, **AVAL EMPREENDIMENTOS ENGENHARIA EIRELI** se utiliza tempestivamente de tal prerrogativa.

III – DOS ARGUMENTOS DA IMPUGNANTE

Intenta a Impugnante averbar o instrumento impugnatório ao Edital em apreço, requerendo a revisão do Edital, trazendo em suas razões, em breve síntese, o exposto abaixo:

Inicialmente, cita a aplicação da resolução CDN nº 213 (sistema SEBRAE), onde a comprovação da qualificação técnica dos licitantes poderá ser feita com a apresentação de "documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação" (art. 12, inc. II, alínea "b").

Traz como embasamento, a súmula 263 do Egrégio Tribunal de Contas da União: “para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Cita que: “Entretanto, embora não exista uma referência legal para a exigência de quantitativos mínimos, observa-se, nas decisões do TCU, a orientação de que não deve ser superior a 50% dos quantitativos que serão executados, sob pena de violação aos princípios da razoabilidade e da competitividade. Nesse sentido, seguem trechos de acórdãos do TCU extraídos da ferramenta Zênite Fácil: No entendimento do TCU, é indevido "exigir número mínimo de atestados de capacidade técnica, bem como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% [...] dos quantitativos dos bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende,

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação". (ZÊNITE, 2018.)".

Afirma que "Diante do exposto, considerando as orientações do TCU e os princípios norteadores das licitações, conclui-se ser possível a exigência de quantitativos mínimos nos atestados de capacidade técnica, desde que limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto e desde que guardadas as proporções com sua dimensão e complexidade. Embora não haja previsão legal acerca do percentual máximo que poderá ser exigido, as decisões do Tribunal de Contas da União orientam que não seja superior a 50% dos quantitativos que serão executados, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas no processo de contratação.

Traz o item 06.02.01 do Edital como solicitação para executar na obra, trazendo parte da planilha orçamentária de formação de preços.

02.06		Cobertura				376.913,52
02.05.01	16 0010060-A	MADRAMENTO PARA COBERTURA EM TELHAS ONDULADAS, CONSTITUÍDO DE PEÇAS DE 3"x3" E 3"x4 1/2". EM MADEIRA SERRADA, SEM TESOURA OU PONTAletes, E DADO PELA AREA DO REALDO MADRAMENTO FORNECI	r.12	3489,94	RS25,49	88.9587
02.05.02	16 004003(A)	Cobertura em telha de madeira, com reforço com fios sintéticos (CRFS) com 50cm CW 13tg\Jra. a espessura do 8mm\h\slvo acossos\os de fixação e 60. ex\usive madeiramento. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	M2	348994	RS92,51	297.95495
06.02.0		Impermeabilização				11750,42
06.02.01	16020005-A	IMPERMEABILIZAÇÃO AREOLADA EXPOSTA. S/PROTEÇÃO MECÂNICA E S/TRANSITO. USANDO MANTA ASFÁLTICA AUTOPROTEGIDA NA FACE EXTERNA COM FOLHA DE ALUMÍNIO, TIPO III B ESP/1MM. APLICADA COM CHALÇA DE ACARICO SOBRE PRIMER ASFÁLTICO BASE AGUA OU SOLVENTE. CONSUIÇÃO DE 10KG/12, INCLUSIVE ESTE	M2	19320	RS60,82	11750,42

E conclui que "Como podemos verificar, além de não estarem seguindo o que a lei estabelece quanto aos quantitativos, temos itens muito mais relevantes nesta planilha do que o item de impermeabilização, por exemplo."

Nos pedidos requer:

"Que reforme o EDITAL, retirando a relevância quantitativa, por entender que apresentamos uma farta bibliografia e jurisprudência que comprove que tal atitude, não poderá ser mantida;

Que aceite a nossa IMPUGNAÇÃO, e reforme o EDITAL de forma que possa prosseguir com o certame pelas diversas jurisprudências que apresentamos;

Que publique e informe a decisão desta Douta CPL;"

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

IV – DA APRECIÇÃO DA IMPUGNAÇÃO

É importante e imperioso destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Neste sentir, a realização do certame atende, sem exceção, aos princípios licitatórios.

Pela leitura dos termos convocatórios, pode-se concluir que a Administração desta Universidade buscou confeccionar o edital com base nas especificações técnicas instruídas pela Gerência de Projetos de Engenharia (GPENG) da Universidade, o qual definiu de maneira precisa o objeto, em conformidade com os ditames legais, buscando a proposta mais vantajosa, a ampliação do universo de participantes no procedimento licitatório, bem como preservando o interesse público.

Posto isto, passamos à análise:

Inicialmente cabe destacar que, ainda que a impugnante tenha trazido como exemplo a aplicação da resolução CDN nº 213 (SEBRAE), a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, autarquia de direito público do Estado do Rio de Janeiro, não faz parte do sistema “S” e, portanto, não se submete à referida Resolução, que é aplicável somente às entidades do sistema SEBRAE, como se verifica em seu artigo 1º:

“Art. 1º As contratações de obras, serviços, compras e alienações **do Sistema SEBRAE** serão necessariamente precedidas de licitação obedecidas as disposições deste Regulamento.” **(Grifo Nosso)**

Não obstante, a impugnante traz em um primeiro momento fundamento que afirma que a exigência de quantitativos mínimos restringe a competitividade:

“Assim como a exigência de quantitativos mínimos nos atestados aumentará a segurança da entidade na contratação, tendo em vista que a empresa comprovará a capacidade técnica necessária, também restringirá a competitividade, já que empresas que não possam comprovar tal requisito não poderão participar do certame. Portanto, qualquer restrição à participação deverá estar devidamente justificada no processo de contratação quanto à sua imprescindibilidade para garantir a execução satisfatória do futuro contrato.”

Mas, em prosseguimento, citando equivocadamente a mesma resolução CDN nº 213, a impugnante apresenta fundamentos que permitem que seja exigido quantitativo sem definir percentuais, citando a Súmula nº 263 do TCU:

“A Súmula nº 263 do TCU estabelece alguns limites para a exigência de quantitativos nos atestados, os quais são aplicáveis também às licitações do

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

Sistema S: “Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Assim, para a Corte de Contas Federal, a exigência de quantitativos nos atestados deve estar limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, devendo guardar proporção com sua dimensão e complexidade. Não há, portanto, um percentual previamente definido em relação ao quantitativo que poderá ser exigido, devendo a entidade analisar com cautela o objeto que será licitado para, então, decidir motivadamente acerca do quantitativo mínimo, considerando as peculiaridades e as características do objeto.”

E continuando, em uma terceira fundamentação traz entendimento de que a jurisprudência corrobora que a capacidade técnica seja exigida desde que não seja superior a 50% dos quantitativos que serão executados:

“Entretanto, embora não exista uma referência legal para a exigência de quantitativos mínimos, observa-se, nas decisões do TCU, a orientação de que não deve ser superior a 50% dos quantitativos que serão executados, sob pena de violação aos princípios da razoabilidade e da competitividade.”

(...)

Diante do exposto, considerando as orientações do TCU e os princípios norteadores das licitações, conclui-se ser possível a exigência de quantitativos mínimos nos atestados de capacidade técnica, desde que limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto e desde que guardadas as proporções com sua dimensão e complexidade. Embora não haja previsão legal acerca do percentual máximo que poderá ser exigido, as decisões do Tribunal de Contas da União orientam que não seja superior a 50% dos quantitativos que serão executados, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas no processo de contratação.”

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

Por fim, afirma que a exigência do quantitativo de capacidade técnica operacional do item 9.3.6 está desrespeitando a lei, pois “Como podemos verificar, além de não estarem seguindo o que a lei estabelece quanto aos quantitativos, temos itens muito mais relevantes nesta planilha do que o item de impermeabilização, por exemplo.”

Ora, com a devida vênia, o que nos parece, em um primeiro momento, é que o licitante não verificou com atenção todos os itens constantes da Planilha Orçamentária de Custos Unitários (anexo E ou F) que determinaram as parcelas definidas no Anexo K.

As parcelas de relevância técnica e valor significativo foram definidos pela Gerência de Projetos de Engenharia (GPENG) em observância com os limites e em consonância com a legislação, a jurisprudência e o entendimento doutrinário, observando-se, desta forma, o limite de 50%.

Assim, por se tratar de um requisito técnico definido por setor devidamente competente e qualificado (Gerência de Projetos de Engenharia - GPENG), foi requisitado ao mesmo que enumerasse os itens planilhados e constantes das Planilhas Orçamentárias (Anexo E ou F) que compuseram e definiram os itens de parcela de maior relevância técnica do Anexo K.

Desta forma, foi recebida a informação da Gerência de Projetos de Engenharia (GPENG) conforme requisitado e listado abaixo:

1. Execução de telhados com telhas em fibrocimento sobre estrutura de madeira.

item	descrição	m²	Valor total
02.05.01	madeiramento para cobertura em telhas onduladas, constituído de peças de 3"x3" e 3"x4.1/2", em madeira serrada, sem tesoura ou pontalete, medido pela área real do madeiramento. fornecimento e colocação	3.489,94	93.425,69
02.05.02	cobertura em telha modular de cimento, sem amianto, reforçado com fios sintéticos (crfs) com 50cm de largura, espessura de 8mm, inclusive acessórios de fixação e vedação, exclusive madeiramento. fornecimento e colocação	3.489,94	293.329,46
03.05.01	madeiramento para cobertura em telhas onduladas, constituído de peças de 3"x3" e 3"x4.1/2", em madeira serrada, sem tesoura ou pontalete, medido pela área real do madeiramento. fornecimento e colocação	3.308,00	88.555,16

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

03.05.02	cobertura em telha modular de cimento, sem amianto, reforçado com fios sintéticos (crfs) com 50cm de largura, espessura de 8mm, inclusive acessórios de fixação e vedação, exclusive madeiramento. fornecimento e colocação	3.308,00	278.037,40
04.05.01	madeiramento para cobertura em telhas onduladas, constituída de peças de 3"x3" e 3"x4.1/2", em madeira serrada, sem tesoura ou pontalete, medido pela área real do madeiramento. fornecimento e colocação	2.645,80	70.828,07
04.05.02	cobertura em telha modular de cimento, sem amianto, reforçado com fios sintéticos (crfs) com 50cm de largura, espessura de 8mm, inclusive acessórios de fixação e vedação, exclusive madeiramento. fornecimento e colocação	2.645,80	222.379,49
	TOTAL	18.887,48	1.046.555,27

Cabe ressaltar que no anexo K (parcela de maior relevância técnica) o item de Execução de serviço de telhados com telhas em fibrocimento sobre estrutura de madeira exige a comprovação de no mínimo 2.000 m² de execução telhado.

Desta forma, o atestado técnico apresentado pela empresa licitante deverá comprovar a execução de no mínimo 2.000 m², o que equivale em porcentagem a 10% do serviço solicitado na planilha orçamentária, bem abaixo do limite máximo de 50% definido na jurisprudência.

E ainda a soma dos valores de execução dos serviços planilhados equivalem a 18% do valor total global da licitação.

2. Impermeabilização de lajes com mantas asfálticas.

item	descrição	m ²	valor total
02.03.03	pavimentação tipo plaqueamento "in situ", para proteção de impermeabilização, com placas de 60x60x2,5cm, fundidas e revestidas com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3, juntas de 2,5cm tomadas com hidroasfalto, cimento e areia, traço 1:1:3, exclusive juntas (vide item 13.383.0002)	1.933,85	94.758,65

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Comissão Permanente de Licitação

02.03.04	impermeabilizacao c/manta a base asfalto modificado c/polimeros, tipo iii-b ,esp.4,00mm, consumo minimo 1,15m2/m2, aplicacao chama macarico sobre primer asfaltico base agua ou solvente, consumo 0,40kg/m2, inclusive este	1.933,85	117.288,00
03.03.03	pavimentacao tipo plaqueamento "in situ", para protecao de impermeabilizacao,com placas de 60x60x2,5cm,fundidas e revestidas com argamassa de cimento e areia,no traco 1:3, juntas de 2,5cm tomadas com hidroasfalto, cimento e areia,traco 1:1:3,exclusive juntas (vide item 13.383.0002)	1.962,27	96.151,23
03.03.04	impermeabilizacao c/manta a base asfalto modificado c/polimeros, tipo iii-b ,esp.4,00mm, consumo minimo 1,15m2/m2, aplicacao chama macarico sobre primer asfaltico base agua ou solvente, consumo 0,40kg/m2, inclusive este	1.962,27	119.011,68
04.03.03	pavimentacao tipo plaqueamento "in situ", para protecao de impermeabilizacao,com placas de 60x60x2,5cm,fundidas e revestidas com argamassa de cimento e areia,no traco 1:3, juntas de 2,5cm tomadas com hidroasfalto, cimento e areia,traco 1:1:3,exclusive juntas (vide item 13.383.0002)	2.750,58	134.778,42
04.03.04	impermeabilizacao c/manta a base asfalto modificado c/polimeros, tipo iii-b ,esp.4,00mm, consumo minimo 1,15m2/m2, aplicacao chama macarico sobre primer asfaltico base agua ou solvente, consumo 0,40kg/m2, inclusive este	2.750,58	166.822,68
05.02.03	pavimentacao tipo plaqueamento "in situ", para protecao de impermeabilizacao,com placas de 60x60x2,5cm,fundidas e revestidas com argamassa de cimento e areia,no traco 1:3, juntas de 2,5cm tomadas com hidroasfalto, cimento e areia,traco 1:1:3,exclusive juntas (vide item 13.383.0002)	3.725,73	182.560,77
05.02.04	impermeabilizacao c/manta a base asfalto modificado c/polimeros, tipo iii-b ,esp.4,00mm, consumo minimo 1,15m2/m2, aplicacao chama macarico sobre primer asfaltico base agua ou solvente, consumo 0,40kg/m2, inclusive este	3.725,73	225.965,52
	total	20.744,86	1.137.336,95

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

Cabe ressaltar também, que no anexo K (parcela de maior relevância técnica), o referido item de execução de serviço de Impermeabilização de lajes com mantas asfálticas exigia a comprovação de execução de no mínimo 3.000 m² de impermeabilização de lajes.

Assim, conforme definido no Anexo K, a empresa deverá comprovar por meio de atestado técnico, a execução de no mínimo 3.000 m² de impermeabilização de lajes com manta asfáltica, o que equivale a 14,5 % do serviço de impermeabilização planilhado.

Portanto, como se verifica, o item impugnado está abaixo do limite de 50% recomendado pela Corte Superior de Contas, tornando inegável sua definição como parcela de maior relevância e valor significativo.

Por outro lado, frise-se que não há na planilha orçamentária, outros serviços que sejam mais relevantes que o serviço determinado como parcela de maior relevância técnica no Anexo K, como a impugnante inferiu equivocadamente em sua peça impugnatória:

“Como podemos verificar, além de não estarem seguindo o que a lei estabelece quanto aos quantitativos, temos itens muito mais relevantes nesta planilha do que o item de impermeabilização, por exemplo.”

Não obstante, cabe mais uma vez ressaltar que a própria impugnante trouxe à baila o entendimento sumulado (Súmula 263) do Tribunal de Contas da União, bem como Acórdãos, que orientam que as exigências de atestados técnicos comprovantes de execução dos serviços não seja superior a 50% dos quantitativos que serão executados.

Neste sentido é o entendimento esposado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, senão vejamos:

“Faz-se necessário, portanto, que a(s) parcela(s) de maior relevância seja(m) especificada(s), devendo ser limitada(s), para a comprovação de capacidade técnica operacional e sem necessidade de justificativa técnica, em 50% das quantidades previstas dos serviços constantes da planilha orçamentária, conforme entendimento do TCU:

Para fins de comprovação da qualificação técnica dos licitantes, o TCU tem entendido em reiteradas oportunidades que não se pode estabelecer percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados no processo

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

administrativo relativo à licitação.(Acórdão 1851/2015 –Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER)” (Processo TCE-RJ nº 224.687-9/17)

E ainda:

“Por outro lado, caso haja a referida exigência, ela deve guardar proporção com a dimensão do objeto da contratação, sendo que a jurisprudência é pacífica no sentido de que não poderão ser estabelecidos quantitativos mínimos em percentual superior a 50% (cinquenta por cento) daquele previsto para ser executado, salvo casos excepcionais e tecnicamente justificados.” (TCE-RJ nº 218.295-2/19)

Desta forma, encerrando a análise, imperioso frisar que a exigência das parcelas de maior relevância e valor significativo atendeu na sua totalidade às determinações legais, jurisprudenciais e doutrinárias.

V – DA DECISÃO

Ante as considerações apresentadas, analisando as razões da impugnante, o Presidente da Comissão de Licitação manifesta-se no sentido de **DAR CONHECIMENTO** à impugnação, tendo em vista a sua tempestividade, para, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO TOTAL**, conforme análise consubstanciada nesta peça.

Salvo melhor Juízo, é como opino.

Campos dos Goytacazes, 30 de abril de 2021.

Silvio Cayres Ferreira de Souza
Presidente da Comissão de Licitação
[Original assinado]



**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

Acolho integralmente os fundamentos e as conclusões expostas pelo Pregoeiro, como razões de decidir.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA AO INTERESSADO E DIVULGUE-SE POR MEIO ELETRÔNICO.

Campos dos Goytacazes, 30 de abril de 2021.

Raul Ernesto Lopes Palacio

Reitor da UENF

[Original assinado]